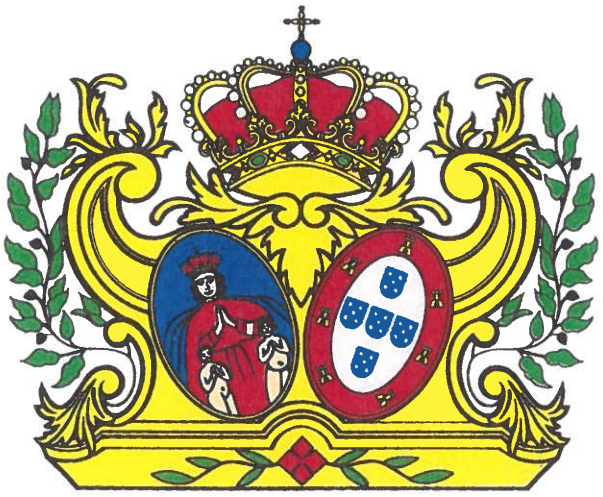

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E
CONTAS DE GERÊNCIA

PERÍODO 2024

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PERÍODO 2024

1. INTRODUÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca foi fundada em 1610, com a missão de satisfazer carências, sociais e de saúde, e de praticar atos de culto católico, orientada pelos princípios da doutrina e moral cristã, exercendo a sua ação através da prática das catorze obras da misericórdia. Hoje em dia, intervém no campo da solidariedade social, da saúde e da cultura, desenvolvendo a sua atividade nas áreas da infância, sénior, família e comunidade, da saúde e da museologia, dando resposta diária a cerca de 300 utentes, ao nível das suas respostas sociais de apoio a idosos, a crianças e na provisão de refeições a agregados familiares carenciados.

Atualmente, são desenvolvidas as seguintes valências e serviços:
- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, desde 1986;
- Serviço de Apoio ao Domicílio, desde 2000;
- Unidade de Cuidados Continuados e Internamento Privado, desde 2006;
- Núcleo Museológico da Capela da Misericórdia, desde 2008;
- Consultas Especialidades Médicas, Fisioterapia e Exames Auxiliares Diagnóstico, desde 2009;
- Centro de Dia (Urrô), desde 2011;
- Cantinas Sociais, desde 2012;
- Creche, desde 2013;
- Núcleo Museológico da Lavoura e do Linho, desde 2013;
- Centro de Dia (Tropeço), desde 2015.

Ao longo do ano 2024, a Mesa Administrativa desenvolveu esforços no sentido de atingir os objetivos propostos no Plano de Atividades e de dar seguimento à sua missão como Instituição de solidariedade social, desenvolvendo um trabalho de forma pró-ativa, indo de encontro à prestação de um serviço de qualidade que responda às necessidades e expetativas dos utentes, das várias valências.

Em 2024, apesar do contexto global de elevada incerteza e instabilidade, relacionada com os conflitos e tensões geopolíticas na Ucrânia e no Médio Oriente, da fragilidade da atividade económica na zona euro, em particular na Alemanha e na França, dos riscos associados às alterações climáticas e às esperadas alterações na parceria entre os EUA e a Europa, a economia portuguesa conheceu um impulso, justificado pela redução das taxas de juro e de inflação, pelo contributo do investimento associado à execução do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência e pelo aumento do consumo privado, sustentado no consumo das famílias, que viram o seu rendimento aumentar, sobretudo no último trimestre, com a revisão das tabelas do IRS e com o pagamento de um suplemento extraordinário aos pensionistas.

Apesar da tendência de estabilização dos preços, que se vem a sentir desde 2023, as Entidades da Economia Social, em geral, e a Misericórdia de Arouca, em particular, tem-se defrontado com o aumento significativo dos salários, nos últimos anos, aliado à dificuldade em recrutar colaboradores, disponíveis e aptos para trabalhar nas suas valências, bem como às consequências do aumento da sua rotatividade. O impacto do aumento de gastos com pessoal provocado por estas realidades tem sido compensado pelo aumento da faturação e pelo Instituto da Segurança Social, IP, através da atualização das comparticipações dos acordos de cooperação e da atribuição de subsídios ao investimento que, aliadas a uma gestão prudente e focada na sustentabilidade, tem permitido à Misericórdia de Arouca desenvolver os seus projetos sem recurso a financiamento bancário.

O presente Relatório de Atividades pretende dar a conhecer aos Irmãos a atividade desta Instituição, durante o ano de 2024, com enfoque nas Demonstrações Financeiras, o qual se submete à apreciação, discussão e votação da Assembleia-Geral da Santa Casa da Misericórdia de Arouca, para cumprimento das imposições legais.

2. A IRMANDADE

Durante o ano de 2024, foram admitidos 5 Irmãos e saíram 8 Irmãos, 1 por desistência e 7 por falecimento.

Em 31/12/2024, a Irmandade era constituída por 230 Irmãos, repartidos da seguinte forma:

	N.º	%
Sexo Masculino	122	53%
Sexo Feminino	108	47%
Idade < 45	7	3,0%
45> Idade < 65	56	24,3%
Idade > 65	167	72,7%
Inscrição < 1 ano	6	2,6%
1 > Inscrição < 5 anos	5	2,2%
5 > Inscrição < 10 anos	22	9,6%
Inscrição > 10 anos	197	85,6%

Em 2024, foram realizadas duas Assembleias Gerais Ordinárias: a primeira, em 23 de março, para apresentação, discussão e votação do relatório e contas de 2023, e a segunda em 30 de novembro para apreciação, discussão e aprovação do Plano de

Atividades e Orçamento de exploração previsional e de investimentos, para o ano de 2025.

Os atuais Órgãos Sociais, eleitos para desempenharem funções no quadriénio 2023 – 2026, tomaram posse no dia 12 de janeiro de 2023.

3. A ATIVIDADE OPERACIONAL

3.1 – FACTOS RELEVANTES

Durante o ano de 2024, a Mesa Administrativa continuou a trabalhar no sentido da consolidação das respostas sociais e dos serviços de saúde e da concretização da missão e dos projetos de investimento da Misericórdia de Arouca, procurando responder às necessidades da comunidade, de forma a crescer no valor social realizado e na melhoria das condições que oferece, não só aos seus utentes, mas também aos seus colaboradores, conforme se descreve de seguida.

A ampliação e requalificação da ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS (ERPI) é o principal projeto que a Misericórdia de Arouca está a desenvolver, que prevê a ampliação da cozinha, a remodelação do refeitório, da sala de convívio e dos vestiários dos colaboradores, a criação de uma enfermaria e de uma sala de estar para utentes mais dependentes e a criação de 4 quartos duplos, o que tornará o edifício mais confortável, funcional e seguro, permitindo uma melhoria das condições de trabalho dos colaboradores e possibilitando a introdução de tecnologias de informação, a promoção das práticas de envelhecimento ativo e saudável, bem como a melhoria dos cuidados de saúde prestados aos utentes

O contrato de empreitada, no valor de 1.848.451,51€, acrescido de IVA, foi assinado em 31/01/2024, com a empresa RUCE – engenharia e construções, Lda. tendo a obra sido consignada, em 29/02/2024. O prazo inicial de execução da obra era de 6 meses, no entanto, atendendo à natureza da obra (requalificação de uma edifício em simultâneo com o funcionamento da valência ERPI) e de algumas vicissitudes e circunstâncias imprevisíveis houve a necessidade de aprovar a prorrogação do prazo de conclusão da empreitada, por duas vezes, passando esse prazo para maio de 2025.

Esta empreitada está a ser financiada pelo Programa de Alargamento das Respostas Sociais – 3.ª Geração (PARES 3.0), do Instituto da Segurança Social IP, estando aprovado um financiamento no valor de 1.526.458,40€. O contrato de comparticipação financeira inicial prevê o valor de 1.218.516,00€ o qual, por adenda assinada em 01/08/2024, foi acrescido de um adicional no valor de 307.942,40€, pelo

facto da empreitada ter sido consignada antes de 31/03/2024, nos termos da Portaria n.º 19/2024 de 26 de janeiro.

Tal como o referido, uma das principais intervenções desta empreitada ocorreu na cozinha e consistiu numa profunda remodelação e ampliação de todos os espaços de confeção, armazenamento de géneros e de armazenamento de louças. O período de intervenção durou de 24 de junho a 8 de setembro de 2024, durante o qual o serviço teve de ser transferido para a cozinha da Escola Secundária de Arouca, aproveitando o período de férias letivas. Neste sentido, queremos manifestar um sincero agradecimento ao Município de Arouca, ao Agrupamento de Escolas de Arouca e ao Parque Escolar, pela colaboração na cedência, de forma gratuita, do espaço da cozinha da Escola Secundária e respetivo equipamento, durante aquele período.

A Mesa Administrativa concretizou, ainda, no decorrer do ano 2024, os seguintes investimentos, os quais foram financiados com recurso a fundos próprios, mas que vieram colmatar necessidades de conservação e de melhoria do equipamento e das infraestruturas:

- No HOSPITAL, foi feita alteração do espaço do serviço de gastroenterologia, investimento que ascendeu a 22.519€ e que permitiu uma maior fluidez do trabalho dos médicos e, ao mesmo tempo, que melhorou as condições de conforto e privacidade dos utentes.
- Foi remodelado o consultório médico de cardiologia e criada uma sala de visitas e um novo consultório médico na UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS (UCC), investimento no valor de 10.873€.
- Foi ampliada a rede de gases medicinais do HOSPITAL, nos serviços de exames auxiliares de diagnóstico, investimento no valor de 5.532€.
- Foram adquiridos 16 cadeirões relax para a ERPI, no valor de 5.583€ e 9 cadeiras de rodas para a UCC, no valor de 1.608€.
- Foram substituídas 11 televisores dos quartos da UCC, no valor de 1.773€.
- Foram adquiridos novos equipamentos para o Hospital, para o serviço de medicina dentária, no valor de 1.186€ e para a fisioterapia no valor de 10.182€.
- Foi adquirida uma nova máquina industrial para lavar roupa, no valor 16.155€
- Foram substituídos 6 computadores, no valor de 3.107€ e diversos equipamentos básicos nas várias valências, no valor de 7.540€.

Em 2024 foi apresentada uma candidatura ao PRR – Mobilidade Verde Social, para aquisição de um veículo elétrico ligeiro de passageiros, de 9 lugares, que foi aprovada e se traduz num financiamento de 40.000,00€. O procedimento adjudicatório terá de ficar concluído até 31/07/2025.

Em resposta à necessidade de adaptar os serviços às exigências dos contextos atuais, a Mesa Administrativa iniciou, na UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS, uma metodologia de trabalho e de comunicação com maior recurso a meios digitais, através da utilização de aplicações de gestão da atividade de vida diária dos utentes,

que pretende alargar às restantes valências sociais. Esta metodologia proporciona uma nova forma de registar e de documentar os cuidados prestados, dando visibilidade aos contributos do trabalho desenvolvido pelos colaboradores, em prol da satisfação das necessidades e expetativas dos utentes e seus familiares.

Ainda neste âmbito, está a ser desenvolvida uma aplicação (App), para os utentes da HOSPITAL que permitirá a marcação de consultas e exames e a partilha de todos os documentos associados (exames, relatórios médicos, faturas, justificação de faltas, análises, etc.), para utentes e médicos. Trata-se de uma solução que permitirá a otimização da estrutura de atendimento e diminuição de deslocações do utente, para levantar ou marcar exames, permitindo um maior conforto e melhor qualidade de serviço.

No ano de 2024, foram desenvolvidas diversas atividades de CULTO CATÓLICO e culturais, de interação com a comunidade, famílias dos utentes e com outras instituições, bem como ações de animação conjuntas, nas várias valências da Misericórdia, inseridas nos costumes e cultura locais, com o objetivo de valorizar as épocas festivas, tradições e práticas socioculturais da comunidade arouquense e de fomentar o envelhecimento ativo, entre outras:

- A peregrinação anual dos utentes ao Santuário de Fátima;
- A secular Procissão dos Fogaréus, na quarta feira da Semana Santa e restantes celebrações da Páscoa;
- O concerto de órgão ibérico, no cadeiral do Mosteiro de Arouca e a celebração da Eucaristia de Ação de Graças, comemorativos do aniversário da fundação da Misericórdia;
- As festas de fim de ano letivo da CRECHE e as festas de Natal, dos utentes e dos colaboradores;
- Comemoração de diversas efemérides como o Dia Mundial do Doente, o Dia dos Namorados, o Dia do Pai, o Dia da Mãe, o Dia da Criança e o Dia dos Avôs, no sentido de promover as relações sociais de convivência e entreajuda, o convívio interinstitucional e intergeracional, através do envolvimento dos utentes das várias valências, desde a infância aos seniores.

No que respeita ao quadro de pessoal, a Misericórdia de Arouca está empenhada no recrutamento de colaboradores qualificados e com competências adequadas à promoção da qualidade de vida dos seus utentes, pois reconhece que os seus recursos humanos são o fator essencial para a diferenciação e qualidade do serviço prestado e para concretização da sua missão. No entanto, cada vez mais sente dificuldades no recrutamento, dada a crescente escassez de recursos humanos disponíveis para trabalhar no setor social. Este tem sido o maior desafio com que nos debatemos e que se tem tentado contornar com aumentos salariais, como forma de motivação, e com melhoria das condições de conforto, higiene, segurança e bem-estar no trabalho.

Para desenvolvimento da sua atividade operacional, em 2024, a Misericórdia de Arouca contou com um número médio de 147 colaboradores, o que traduz um acréscimo de 2, relativamente ao ano de 2024. Para além, do seu quadro de pessoal, colaboram com a Instituição cerca de 60 trabalhadores independentes e, quotidianamente, interagimos com uma ampla carteira de fornecedores de bens e serviços contribuindo assim, indiretamente e, de forma muito significativa, para o desenvolvimento do nosso Concelho.

Com o objetivo de continuar a disponibilizar à comunidade mais serviços, sociais e de saúde, mantivemos ou alargamos as parcerias, os acordos e os protocolos com os Ministérios da Segurança Social e da Saúde, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Subsistemas de Saúde, Seguradoras, Município de Arouca, União das Misericórdias Portuguesas, Agrupamento de Escolas de Arouca, Associação Empresarial de Cambra e Arouca, entre outros.

3.2 – SERVIÇOS DE SAÚDE

Desde 2006, ano em que reiniciamos a atividade do HOSPITAL DA MISERICÓRDIA, pretendemos prestar um serviço de proximidade e qualidade, num esforço contínuo por assegurar a melhoria e diversificação dos serviços de saúde, rentabilizando os meios, materiais e humanos, disponíveis. Hoje em dia, a prestação de SERVIÇOS DE SAÚDE assume um papel relevante no âmbito da atividade da Instituição, nomeadamente os exames complementares de diagnóstico, a fisioterapia, as consultas e os internamentos os quais, em 2024, representaram 60% do volume global dos serviços prestados.

Em 2024, foram alargados os acordos com as seguradoras Fidelidade, Medicare, Trust, Allianz (medicina dentária) e com a ADSE (consultas de nutrição e psicologia), fruto do esforço da Misericórdia de Arouca em estabelecer protocolos e acordos, com subsistemas de saúde e seguradoras, de forma a garantir uma maior acessibilidade aos serviços e uma maior satisfação dos seus utentes, para além da preocupação em diversificar a oferta de serviços e de especialidades médicas.

Em termos de atendimentos nos serviços de saúde, comparativamente ao ano transato, houve uma ligeira diminuição em todos os serviços, mas um pouco mais significativa na fisioterapia e na gastroenterologia. Neste último caso, relacionado com a obra de requalificação do serviço que ficou encerrado de meados de junho a finais de julho de 2024, tendo impactado, também, com o serviço de cardiologia, que fica localizado no espaço anexo.

De referir, ainda, que a redução nos atendimentos de fisioterapia não está relacionada com diminuição da procura mas sim com a falta de profissionais na área e a consequente dificuldade na sua contratação, o que não nos permitiu ter capacidade de resposta.

O comparativo de atendimentos de 2024 e 2023, está espelhado no quadro que se segue:

		2024	2023	Variação 2023-24	Variação %
Fisioterapia	N.º de atendimentos	3.641	3.903	- 262	-6,71%
Radiologia	N.º exames realizados	7.659	7.724	- 65	- 0,84%
Cardiologia	N.º exames realizados	3.981	4.342	- 361	-8,31%
Gastrenterologia	N.º exames realizados	1.119	1.286	- 167	-12,99%
Consultas de Especialidades	N.º de atendimentos	3.775	3.962	- 187	- 4,72%
Colheitas de Análises Clínicas	N.º de atendimentos	2.560	2.511	+49	+1,95%

Outros serviços prestados no HOSPITAL são o Internamento Privado e os Cuidados Continuados Integrados. Este último resulta de um protocolo com os Ministérios da Saúde e da Segurança Social, que contempla catorze camas em Unidade de Longa Duração, para internamentos de duração ilimitada, e seis camas em Unidade de Média Duração, para internamentos de noventa dias de duração. Por sua vez, o internamento privado dá resposta às necessidades de particulares e beneficiários de seguradoras ou outros subsistemas de saúde, disponibilizando nove camas. O movimento de utentes neste serviço, durante os anos de 2023 e 2024, está espelhado no quadro abaixo:

Tipologia	Vagas	Admissões		Taxa Média de Ocupação	
		2024	2023	2024	2023
Unid. Média Duração	6	12	17	99,8%	97,3%
Unid. Longa Duração	14	8	9	99,3%	99,3%
Internamento Privado	9	11	20	79,18%	74,7%

No que respeita às comparticipações dos acordos de cooperação com os Ministérios da Segurança Social e da Saúde para a UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS, em 2024, houve aumentos de 4,46€ na diária da Unidade de Média Duração e Reabilitação e de 4,81€ na diária da Unidade de Longa Duração e Manutenção. Na parte paga pelo Ministério da Saúde, o aumento tive efeito a 01.01.2024, enquanto que, na parte paga pelo Ministério da Segurança Social, o aumento aconteceu, apenas, a partir de 01.09.2024.

3.3 – RESPOSTAS SOCIAIS

Considerando os serviços das respostas sociais a principal razão de existência da Misericórdia de Arouca, o bem-estar dos nossos utentes e a inclusão social dos mais vulneráveis continuou a ser o nosso foco, com o cumprimento dos planos de animação sócio cultural, o acompanhamento espiritual e religioso e os cuidados de saúde e de dieta alimentar, em todas as valências.

Em janeiro de 2024, as comparticipações financeiras da Segurança Social, devidas por força dos acordos celebrados para as respostas sociais, sofreram os seguintes aumentos:

- Na ERPI: 9,6%;
- Nas restantes respostas sociais (exceto Creche) 6%.

Para além dessas atualizações, em outubro de 2024, houve a atribuição de uma comparticipação extraordinária de 3,5%, paga com retroativos a janeiro de 2024, para "minimizar os efeitos da inflação, fazer face a despesas extraordinárias de funcionamento e a dificuldades de tesouraria, das Instituições", que abrangeu as respostas sociais de ERPI, de Centro de Dia e de SAD.

Também a valência Cantinas Sociais conheceu uma atualização das comparticipações financeiras da Segurança Social, em 2024, passando de 3€ para 3,75€ o valor pago por refeição.

O número médio de utentes a frequentar as valências sociais, face ao ano transato, manteve-se igual na Creche e nos Serviços de Apoio ao Domicílio, aumentou no Centro de Dia de Urrô e diminuiu nas restantes valências, conforme consta do quadro abaixo:

	Capacidade da Valência	N.º de Utentes abrangidos pelo acordo com o ISS	N.º Médio de Utentes 2024	N.º Médio de Utentes 2023
ERPI	112	90	84	89
Serviço Apoio Domicílio	42	39	39	39
Centro de Dia de Urrô	50	48	41	36
Creche	45	45	41	41
Centro de Dia de Tropeço	15	10	7	8
Serviço Apoio Domicílio Tropeço	15	12	12	12
Cantinas Sociais (*)	330	330	242	320

(*) Número refeições disponibilizadas mensalmente.

De referir que a diminuição da frequência dos utentes em ERPI está relacionada com a empreitada de ampliação e requalificação do edifício, pois deixou de haver novas admissões a partir de abril de 2024, altura em que se iniciaram as obras.

4. Análise económica e financeira

Tendo por base este relato da atividade da Santa Casa da Misericórdia de Arouca durante o período de 2024, e com o intuito de dar a conhecer a sua situação económica e financeira, presta-se a seguinte informação, de acordo com os elementos constantes nas Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com o Regime de Normalização Contabilística das Entidades do Setor Não Lucrativo.

4.1 – Perspetiva Financeira - Balanço

Em 31 de Dezembro de 2024, o **Ativo Líquido** da Instituição cifrava-se em 10.420.469,22€ traduzindo um acréscimo de cerca 4,88%, relativamente ao período transato, que se cifrou em 9.935.606,91€.

No que respeita ao **Ativo não corrente** conheceu um acréscimo de 937.694€ justificado pelo aumento dos **Ativos Fixos Tangíveis (AFT),** que corresponde sobretudo ao investimento na empreitada de requalificação e ampliação da ERPI, mas também aos investimentos em equipamentos e manutenção de edifícios, já referidos, deduzidos do valor das depreciações (245.876€) e dos equipamentos abatidos, por desgaste ou avaria irreparável (18.431€). De referir a incorporação de 4 prédios rústicos e 2 prédios urbanos, situados nas freguesias de Urrô e Várzea, que foram atribuídos por dação em pagamento de uma dívida de utentes, estão avaliados em 112.500€.

Quanto ao **Ativo corrente** sofreu um decréscimo de 452.831€ apesar do aumento das rubricas **Caixa e Depósitos Bancários** (+148.350€) e **Estado e Outros Entes Públicos** (+92.425€) houve diminuição da rubrica **Créditos a Receber**, de clientes e utentes (-118.093€) e da rubrica **Outros Ativos Correntes** (-582.090€), relacionada com os recebimentos do PARES 3.0 (485.171€) e do Norte 2020 (23.406€). Esta rubrica **Outros Ativos Correntes** (*Outras Contas a Receber*) atingiu o valor de 1.049.231,09€ e reflete, fundamentalmente, as verbas que se encontravam por receber, em 31.12.2024, do IGFSS (11.144,78€), do FRSS (1.583,12€), das Unidades Locais de Saúde (134.222,29€), da ARS (30.374,40€), da ADSE (13.217,36€), PRR Mobilidade Verde (15.000€), Município de Arouca (9.277,52€) e do Instituto da Segurança Social PARES 3.0 (733.345,29€). O aumento da rubrica **Estado e Outros Entes Públicos** está

relacionado com o pedido de reembolsos do IVA suportado com a empreitada de requalificação e ampliação da ERPI.

O valor dos **Inventários** (56.921,80€) traduz o valor das existências de materiais em stock, a 31/12/2024, distribuídos por Matérias-primas (5.092,21€), Matérias de consumo (44.285,84€) e Materiais Diversos (7.543,75€). Estes últimos referem-se a um donativo em géneros - vestuário de criança – de uma empresa têxtil à Misericórdia de Arouca, em 2012, o qual tem vindo a ser consumido e doado. Em 2024, foram consumidos 157,25€.

Os **FUNDOS PATRIMONIAIS** atingiram o valor de 9.489.819,77€, tendo conhecido os seguintes movimentos no período:
- A rubrica de **Resultados Transitados** conheceu um aumento pela afetação do Resultado Líquido do período de 2023 (150.502,87€);
- A rubrica de **Reservas** conheceu um aumento pela cedência de usufruto de suite (30.000,00€)
- A rubrica de **Outras Variações nos Fundos Patrimoniais:** diminuiu pela imputação dos subsídios ao investimento e das doações (58.620,44€) e aumentou pelo reforço dos subsídios ao investimento PARES 3.0 (307.942,40€) e Norte 2020 (14.317,75€) e pelo subsídio atribuído pelo Município de Arouca para financiar a empreitada de requalificação e ampliação da ERPI (9.277,52€).

Quanto ao **PASSIVO**, atingiu o valor de 930.649,45€, não existindo quaisquer movimentos no **PASSIVO NÃO CORRENTE.**

No **PASSIVO CORRENTE** a rubrica **Fornecedores** traduz o valor que a Instituição lhe devia (141.745,31€), a 31/12/2024. A rubrica **Estado e Outros Entes Públicos** traduz o valor da retenções de IRS e da Taxa Social Única, aos colaboradores, relativos ao mês de dezembro de 2024, a pagar em janeiro de 2025.

A rubrica **Diferimentos** (55.828,10€) reflete o valor da conta 282 – rendimentos a reconhecer, que engloba, além da retenção de garantia da empreitada de construção do Hospital (48.234,35€), o valor do vestuário de criança por utilizar (7.543,75€), relativo ao donativo em géneros.

Outros Passivos Correntes *(Outras contas a pagar)* reflete fundamentalmente a estimativa de férias e de subsídio de férias, de 2024, a pagar em 2025 (383.192€), os valores dos utentes à guarda da Instituição (55.664€) e o reforço de caução retido ao empreiteiro RUCE – Construção e Engenharia, Lda. (41.540€) e à empresa ROF, Lda (4.649€) e as dívidas as fornecedores de investimentos (170.604€).

4.2 – PERSPETIVA ECONÓMICA - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O total dos **RENDIMENTOS** cifra-se em 4.610.416,15€, traduzindo um aumento 228.532,28€, cerca de 5,2% relativamente ao registado no período de 2023, justificado por acréscimos em todas das contas de rendimentos.

A conta **72 – Prestações de Serviços** representa 57,7% do total dos Rendimentos, atingiu o valor de 2.661.783,05€ o que representa um acréscimo de global de 39.457,29€, mais 1,5% relativamente ao ano transato, o qual está relacionado com:

1 – Ao nível dos serviços de saúde houve uma diminuição da faturação (-46.360,36€), face ao excecional ano de 2023. Apesar do aumento da faturação do internamento [privado e UCC] (+29.744€) a diminuição da faturação foi transversal aos serviços de a fisioterapia (-46.869,52€), gastroenterologia (-18.784,48€), radiologia (-702,03€) e consultas de especialidades médicas (-11.251,94€). Como já foi referido, em 2024, houve a necessidade de encerrar o serviço de gastroenterologia e cardiologia por cerca de um mês e meio, por motivos de obras mas, para além disso, houve uma enorme dificuldade em contratar médicos radiologistas, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais situação e que não nos permitiu dar resposta à procura destas especialidade/tratamentos e que teve impacto ao nível da lista de espera e da faturação.

2 – Ao nível dos serviços sociais, a conta 721 - Mensalidades de Utentes, registou um acréscimo de 86.517,65€, relativamente a 2023, justificado pela atualização das mensalidades dos utentes, face ao aumento das suas pensões, apesar da diminuição das mensalidades da Creche devido à regra da gratuitidade, que abrangeu todos os utentes em 2024.

Quanto à conta **75 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração**, representa 39,5% do total dos rendimentos, atingiu o valor de 1.823.310,66€, traduzindo um aumento de 134.526,30€, mais 8% relativamente ao ano de 2023. Engloba as comparticipações:

- do Instituto da Segurança Social (1.418.918,93€) que conheceram um acréscimo de 103.044,89€ (+7,83%);
- da ARS Norte (378.673€) que conheceram um acréscimo de 38.978,95€ (+11,47%);
- o subsídio à exploração do Município de Arouca (18.000€) e as doações de particulares (7.719€).

A **conta 78 – Outros Rendimentos** atingiu o valor de 88.437,24€, mais 24.449€ que em 2023. Inclui os rendimentos como os reembolsos de despesas de funeral (+6.424€), ganhos em alienações (+4.500€), indemnizações de seguros (+769€), e a imputação dos subsídios ao investimento (+10.191€), neste caso por se ter iniciado a imputação do subsídio do PRR – Mobilidade Verde para aquisição de duas viaturas elétricas.

A conta **79 – Juros Dividendos e Outros Rendimentos Similares** atingiu o valor de 36.885,20€, mais 30.100€ em relação a 2023, em consequência do reforço das aplicações em depósitos a prazo, durante o ano de 2024.

Ao analisar a estrutura dos **GASTOS** verifica-se uma execução de 4.511.441,35€, o que traduz um acréscimo de 280.060,45€, mais 6,6% em relação ao período anterior. Este aumento está sobretudo relacionado com aumentos nos Gastos com Pessoal, mas também Custos nas Matérias Consumidas e nos gastos com depreciações.

A conta **61 – Gastos com Matérias Consumidas** atingiu o valor de 441.555,22€, representando um aumento de 11.327€, mais 2,63% comparativamente ao ano de 2023, justificado, pelo aumento dos preços, sobretudo dos géneros alimentares e do material clínico, e pelo aumento do consumo de detergentes, em parte justificado pelo reforço limpezas no período das obras.

A conta **62 – Fornecimentos e Serviços Externos** apresentou um ligeiro aumento de 1.277,12€ em relação ao período de 2023, atingindo o valor de 954.964,23€. Nesta conta estão espelhados os gastos com trabalhos especializados, publicidade, energia, combustíveis, comunicações, material de escritório, seguros, reparações, entre outros.

São de realçar, por um lado, a diminuição da subconta Honorários (- 51.249€) fruto da já referida diminuição da atividade dos serviços de saúde, mas por outro lado, o aumento dos gastos com eletricidade (+14.597€), água (+4.382€) e rendas e alugueres (+21.375€) a qual se justifica, sobretudo, pelo aluguer de duas tendas onde foram instalados, provisoriamente, o refeitório e a copa, da ERPI, por motivo de obras naqueles espaços.

Os **Gastos com o Pessoal - conta 63**, representam 62,2% do total dos gastos da Instituição, atingiram o valor de 2.806.437,69€ conhecendo um acréscimo de 233.248€, mais 9,06% relativamente ao ano transato. O aumento do número médio de colaboradores ao serviço da Instituição, de 145 para 147, o aumento do Salário Mínimo Nacional, de 760€ para 820€, o aumento de 60€ dos salários das restantes categorias, o aumento do subsídio de alimentação de 4,20€ para 4,70€, as diuturnidades adquiridas, as reclassificações/promoções efetuadas no decorrer do ano, e as despesas com uniformes justificam aquele acréscimo.

Quanto conta **64 – Gastos de depreciação**, apresenta o valor de 245.876,03€, que traduz um aumento de 21.504€ comparativamente ao período anterior, sobretudo justificado pelo início da depreciação de duas viaturas elétricas (+14.351€) e de diversos equipamentos nas várias valências (+3.937€).

A conta **65 – Perdas por imparidade** apresenta o valor de 14.074,44€, traduzindo um acréscimo de 8.886€, relativamente a 2023. É um valor que tem vindo a aumentar desde 2022, e representa dívidas de utentes que não foram liquidadas, apesar dos processos jurídicos desencadeados, no sentido de as recuperar.

A **conta 68 – Outros gastos** – Atingiu o valor de 48.533,74€, apresentando um aumento de 3.840€, em relação ao ano 2023. Esta conta engloba entre outros, os gastos com impostos indiretos e taxas (2.274€), as correções relativas a exercícios anteriores (948€), donativos concedidos (1.447€), quotizações (3.800€), despesas de funeral de utentes (7.500€) e insuficiência da estimativa do subsídio de férias (28.123€).

Tendo em conta a inexistência de financiamento bancário, por parte da Instituição, a **conta 69 – Gastos de Financiamento** não apresenta movimento, no ano de 2024.

Fecha-se, assim, o ano de 2024, com um **Resultado Líquido positivo de 98.974,80€.**

4.3 – Desvios Orçamentais

Como referimos, do período em análise, resultaram **rendimentos** no montante de 4.610.416,15€ e **gastos** no montante de 4.511.441,35€, o que se traduz num **Resultado Líquido Positivo, para o período de 2024, de 98.974,80€.**

Na tabela seguinte faz-se o comparativo dos valores efetivos com os previsionais:

Rubrica	Valor Previsional	Valor Efetivo	Desvio %
Rendimentos	4.496.390,61 €	4.610.416,15€	+ 2,53%
Gastos	4.402.438,09 €	4.511.441,35€	+ 2,47%
Resultado Líquido	+ 93.952,52 €	+ 98.974,80€	

Os valores constantes da Conta de Exploração Previsional ficaram aquém dos valores efetivos atingidos no período em análise. Podemos constatar um desvio positivo nos rendimentos reais face aos rendimentos previsionais de 2,53% e um desvio positivo de 2,47% nos gastos reais face aos previsionais. Os desvios foram residuais e inferiores a 15%, não carecendo, portanto, de uma revisão orçamental.

5. Proposta de aplicação dos resultados

Em conformidade com as Demonstrações Financeiras apresentadas, para o período de 2024, é apresentado um resultado líquido positivo de 98.974,80€, propondo-se a sua incorporação na conta Resultados Transitados.

6. Considerações Finais

A Mesa Administrativa, no cumprimento da alínea e) do artigo 27º do Compromisso da Irmandade, submete à apreciação, discussão e votação dos Irmãos reunidos na Assembleia-Geral Ordinária de 29 de março de 2025, as Demonstrações Financeiras e Anexo, relativos ao período de 2024.

O presente relatório contempla a atividade desenvolvida, pela Misericórdia de Arouca, nas diferentes respostas sociais e serviços de saúde.

O período em análise foi objeto de Certificação Legal de Contas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda, tendo sido aplicado o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SCN-ESNL, publicado pelo Decreto-Lei n.º 36/A-2011, de 9 de Março).

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira, à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

Em termos de conclusão, face aos elementos apresentados e considerando a atual conjuntura socioeconómica, a Mesa Administrativa está satisfeita com os resultados obtidos, e pretende dar continuidade à missão secular da Instituição, ambicionando o seu crescimento sustentável, de modo a responder de forma mais completa às necessidades da comunidade local. Vivemos numa época de grande incerteza e dificuldades emergentes, no país e no mundo, que se evidenciam numa sociedade onde se acentuam as assimetrias e o empobrecimento, mas com otimismo, dedicação, sentido solidário e a cooperação das Entidades e organismos que nos apoiam, vamos continuar a construir um futuro melhor, na área da economia social.

7. Agradecimentos

A Mesa Administrativa considera ter executado, com sucesso, grande parte dos objetivos estabelecidos para o ano 2024, com resultados positivos. Esta concretização demonstra uma gestão prudente e que procura a eficiência e a melhoria contínua dos serviços, mas revela igualmente uma ação coletiva, concertada e empenhada de todos os colaboradores das diferentes valências, e em geral, de todos quantos, interna e externamente, se envolveram no exercício da atividade desta Instituição. Por este motivo, é importante expressar um agradecimento à Irmandade e respetivos Órgãos

Sociais, aos colaboradores, aos beneméritos, aos fornecedores e a todas as Entidades Oficiais com quem mantemos relações de parceria e contratualização.

Arouca, 13 de março de 2025.

A Mesa Administrativa

O Provedor
(Victor F. G. Brandão)

O Vice-Provedor
(António M. M. Martingo Pato)

O Tesoureiro
(Alfredo B. Martins)

O Secretário
(António T. de Melo)

O Vogal
(Celso C. Soares)

O Vogal
(Ilídio P. L. S. Ferreira)

O Vogal
(Ana M. D. Teixeira)

A Contabilista Certificada
(Manuela C. C. Gonçalves)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS		Notas	Datas 31-12-2024	Datas 31-12-2023
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		5	6.790.143,53	5.853.059,38
Bens do património histórico e cultural		5	205.011,31	205.011,31
Propriedades de investimento		-	-	-
Ativos intangíveis		6	613,29	3,75
Investimentos financeiros		18.2	14.468,54	14.468,54
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-	-
	Subtotal		7.010.236,67	6.072.542,98
Ativo corrente				
Inventários		9	56.921,80	52.291,85
Créditos a Receber		18.3	100.700,16	218.793,28
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-
Estado e outros Entes Públicos		18.9	93.345,62	920,56
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-	-
Outros ativos correntes		18.4	1.049.231,09	1.631.320,87
Diferimentos		18.5	13.067,51	11.120,69
Caixa e depósitos bancários		18.6	2.096.966,37	1.948.616,68
	Subtotal	-	3.410.232,55	3.863.063,93
Total do Ativo		-	**10.420.469,22**	**9.935.606,91**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos		18.7	148.895,87	148.895,87
Excedentes técnicos		-	-	-
Reservas		18.7	981.375,44	951.375,44
Resultados transitados		18.7	4.819.175,14	4.668.672,27
Excedentes de revalorização		18.7	95.804,26	95.804,26
Outras variações nos fundos patrimoniais		18.7	3.345.594,26	3.072.677,03
Resultado Líquido do período		-	98.974,80	150.502,87
Total do fundo do capital		-	**9.489.819,77**	**9.087.927,74**
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		-	-	-
Provisões específicas		-	-	-
Financiamentos obtidos		-	-	-
Outras contas a pagar		-	-	-
	Subtotal		-	-
Passivo corrente				
Fornecedores		18.8	141.745,31	137.053,66
Adiantamentos de clientes		-	-	-
Estado e outros Entes Públicos		18.9	68.203,25	64.599,73
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-	-
Financiamentos obtidos		8	-	-
Diferimentos		18.5	55.828,10	80.075,41
Outras passivos correntes		18.10	664.872,79	565.950,37
	Subtotal	-	930.649,45	847.679,17
Total do passivo		-	**930.649,45**	**847.679,17**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		-	**10.420.469,22**	**9.935.606,91**

AROUCA, 13 de março 2025

A CONTABILISTA CERTIFICADA

A MESA ADMINISTRATIVA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	10	2.661.783,05	2.622.325,76
Subsídios, doações e legados à exploração	12 e 18.11	1.823.310,66	1.688.784,36
Variação nos inventários da produção	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(441.555,22)	(430.227,96)
Fornecimentos e serviços externos	18.12	(954.964,23)	(953.687,11)
Gastos com o pessoal	16	(2.806.437,69)	(2.573.189,82)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.3	(14.074,44)	(5.188,88)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-
Outros rendimentos	18.13	88.437,24	63.988,09
Outros gastos	18.14	(48.533,74)	(44.693,47)
	-		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		307.965,63	368.110,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(245.876,03)	(224.371,62)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		62.089,60	143.739,35
Juros e rendimentos similares obtidos	10 e 18.15	36.885,20	6.785,56
Juros e gastos similares suportados	18.15	-	(22,04)
Resultados antes de impostos		98.974,80	150.502,87
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		**98.974,80**	**150.502,87**

AROUCA, 13 de março 2025

A CONTABILISTA CERTIFICADA

A MESA ADMINISTRATIVA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

DE

AROUCA

ANEXO

AO BALANÇO

E

À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Período 2024

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, com sede na Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4, em Arouca, constituída sob a forma de Irmandade da Misericórdia. O seu Compromisso foi publicado no Diário da República n.º 38 de 14/02/1990, Série III, e alterado, em 2015, em conformidade com o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei 172-A/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 76/2015, 28 de julho. Esta alteração foi aprovada pela autoridade eclesiástica competente, em 05/10/2015, e o seu registo foi lavrado pelo averbamento n.º 3, à inscrição n.º 02/88, a fls. 68 e 127 verso do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 20/01/2016, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento do Registo, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.
Desenvolve atividades nas áreas da ação social para idosos e crianças e da prestação de serviços de saúde.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março foi alterado pelos: Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho; Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho; Aviso 8259/2015, de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu, pela primeira vez, no período de 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "*Ativos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.
Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados, ao valor patrimonial tributável ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.
As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

3.2.1. Bens do património histórico e cultural

Os "*Bens do património histórico e cultural*" encontram-se valorizados pelo custo de aquisição. Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de

gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.
As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "*Ativos Intangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
...	
Outros Ativos intangíveis	

O valor residual de um "*Ativo Intangível*" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Investimentos financeiros

Na data de Balanço, a Entidade efetua uma avaliação aos valores mobiliários de cotação variável, que detenha sempre que existam indícios de imparidade.

3.2.5. Inventários

Os "*Inventários*" estão registados ao custo de aquisição.
A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

3.2.7. Fundadores /beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.8. Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os "*Créditos a Receber*" e as "*Outros ativos correntes*" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

3.2.9. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.10. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outros Passivos Correntes*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.11. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.
Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.12. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.
O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.
Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.13. Financiamentos Obtidos

<u>Empréstimos obtidos</u>
Os "*Empréstimos Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.
Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".
<u>Locações</u>
Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontrem na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.
Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).
Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "*Fornecimentos e Serviços Externos*".

3.2.14. Estado e Outros Entes Públicos

A entidade está isenta de IRC em todas as atividades que desenvolve, nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas.
A entidade está igualmente isenta de IVA, nos termos do artigo 9º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. O IVA suportado em empreitadas, aquisição de equipamentos e aquisição de géneros alimentares é restituído à entidade nos termos do Decreto-Lei 20/90 de 13/1, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/2006 de 20/12.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não existem efeitos nas contas provocados por alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas ou erros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público
A Entidade não usufrui de "*Ativos Fixos Tangíveis*" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural
No período de 2023, não ocorreram movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	627.668,67	-	-	-	-	**627.668,67**
Edifícios e outras construções	6.756.158,96	34.352,45	-	-	-	**6.790.511,41**
Equipamento básico	1.696.238,14	62.677,45	(6.240,73)	-	-	**1.752.674,86**
Equipamento de transporte	240.445,33	91.635,00	-	-	-	**332.080,33**
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	390.416,16	4.362,84	(2.739,54)	-	-	**392.039,46**
Outros Ativos fixos tangíveis	147.566,73	476,81	-	-	-	**148.043,54**
Activos fixos tangíveis em curso	73.729,53	26.235,00	-	(26.542,50)	-	**73.422,03**
Total	**9.932.223,52**	**219.739,55**	**(8.980,27)**	**(26.542,50)**	-	**10.116.440,30**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.968.765,21	154.713,02	-	-	-	**2.123.478,23**
Equipamento básico	1.316.504,77	55.905,38	(6.240,73)		-	**1.366.169,42**
Equipamento de transporte	232.546,51	6.793,13	-	-	-	**239.339,64**
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	375.249,13	6.502,57	(2.739,54)	-	-	**379.012,16**
Outros Ativos fixos tangíveis	154.969,05	412,42	-	-	-	**155.381,47**
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	**4.048.034,67**	**224.326,52**	**(8.980,27)**	-	-	**4.263.380,92**

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	627.668,67	48.900,00	-	-	-	**676.568,67**
Edifícios e outras construções	6.790.511,41	106.369,34	-	-	-	**6.896.880,75**
Equipamento básico	1.752.674,86	38.054,75	(16.736,57)	-	-	**1.773.993,04**
Equipamento de transporte	332.080,33	922,50	-	(37.050,00)	-	**295.952,83**
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	392.039,46	4.140,07	(1.121,14)	-	-	**395.058,39**
Outros Ativos fixos tangíveis	148.043,54	-	(573,72)	-	-	**147.469,82**
Activos fixos tangíveis em curso	73.422,03	984.263,16	-		-	**1.057.685,19**
Total	**10.116.440,30**	**1.182.649,82**	**(18.431,43)**	**(37.050,00)**	-	**11.243.608,69**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.123.478,23	158.428,97	-	-	-	**2.281.907,20**
Equipamento básico	1.366.169,42	59.842,82	(16.736,57)		-	**1.409.275,67**
Equipamento de transporte	239.339,64	21.144,43	-	(37.050,00)	-	**223.434,07**
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	379.012,16	5.862,03	(1.121,14)	-	-	**383.753,05**
Outros Ativos fixos tangíveis	155.381,47	287,42	(573,72)	-	-	**155.095,17**
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	**4.263.380,92**	**245.565,67**	**(18.431,43)**	**(37.050,00)**	-	**4.453.465,16**

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	201.275,31	-	-	-	-	201.275,31
Bens móveis	3.736,00	-	-	-	-	3.736,00
...	-	-	-	-	-	-
Total	**205.011,31**	-	-	-	-	**205.011,31**

A verba apresentada em balanço retrata o investimento, em 2013, na reconstrução de um conjunto de casas rurais, no sentido de as converter no "Núcleo Museológico da Lavoura e do Linho". Inclui também um monumento do século XVII - "Calvário da Misericórdia" e um conjunto de móveis, adquirido, em 2016, a um antiquário. Em 2018, foi incluído um conjunto de quatro cruzeiros em granito, existentes nas ruas da Vila, que constituem a Via Sacra, e fazem parte do monumento do século XVII - "Calvário da Misericórdia.

Em 2024, não ocorreram movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural".

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	201.275,31	-	-	-	-	**201.275,31**
Bens móveis	3.736,00	-	-	-	-	**3.736,00**
...	-	-	-	-	-	-
Total	**205.011,31**	-	-	-	-	**205.011,31**

Não existiram perdas por imparidade no período de 2024, nem em períodos anteriores.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada, no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-		-	-	-
Programas de Computador	30.428,60	-	-	-	-	**30.428,60**
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	**30.428,60**	-	-	-	-	**30.428,60**
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.379,75	-	45,10	-	-	**30.424,85**
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	**30.379,75**	-	**45,10**	-	-	**30.424,85**

Não existiram perdas por imparidade no período de 2023.

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.428,60	919,90	(1.784,03)	-	-	**29.564,47**
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	**30.428,60**	**919,90**	**(1.784,03)**	-	-	**29.564,47**
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.424,85	310,36	(1.784,03)	-	-	**28.951,18**
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	**30.424,85**	**310,36**	**(1.784,03)**	-	-	**28.951,18**

Os movimentos nos ativos fixos intangíveis referem-se à aquisição de um software ou aplicação informática de gestão das atividades de vida diária dos utentes da Unidade de Cuidados Continuados e ao abate de software obsoleto e desatualizado.

Não existiram perdas por imparidade no período de 2024.

No que respeita aos movimentos nos ativos fixos tangíveis são de destacar os seguintes:
- **Terrenos e recursos naturais**: quatro prédios rústicos, situados um na freguesia de Várzea e três na freguesia de Urrô, que foram atribuídos por dação em pagamento de uma dívida de utentes, estão avaliados em 48.900€.
- **Edifícios e outras construções:** dois prédios urbanos sitos na freguesia de Várzea que foram atribuídos por dação em pagamento de uma dívida de utentes (63.600€) e diversas obras de remodelação incluindo as do serviço de gastroenterologia, consultórios médicos de cardiologia e da UCC (42.769€).
- **Equipamento básico**: para além do reforço de alguns equipamentos nas várias valências, destacam-se as aquisições: de novos equipamentos para o serviço de fisioterapia (10.182€), de uma máquina de lavar roupa industrial (16.155€). Procedeu-se ao abate de diverso equipamento básico por desgaste ou avaria irreparável cujo valor de aquisição totaliza os 16.736,57€.
- **Equipamento administrativo**: substituição de 6 computadores obsoletos (3.107€).
- **Equipamento de transporte**: de referir a transformação de uma viatura para transporte de crianças (922,50€) e a venda de uma viatura ligeira de passageiros de 9 lugares, que se encontrava totalmente depreciada.
- **Ativos Fixos Tangíveis em curso:** o saldo reflete o valor investido: na empreitada de requalificação e ampliação da ERPI (1.045.989,56€) e nos projetos de arquitetura e/ou especialidades para a construção de: uma residência assistida (1.845€); construção de um novo hospital (7.687,53€), e construção de uma valência de ensino pré-escolar (2.163,10€).

Investimentos Financeiros

No que concerne aos "Investimentos Financeiros", espelha o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), que em 31/12/2024 apresentava o valor de 14.468,54€.

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público
A Entidade não usufrui de "*Ativos Intangíveis*" do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis
A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

7. Locações

Em 31/12/2024 a Entidade não detinha qualquer contrato de locação financeira.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.
Em 2024, a Entidade não detinha empréstimos bancários.

9. Inventários

Os valores da rubrica "*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*" se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 5.092,21€;
- Matérias Subsidiárias e de consumo: 44.285,84€;
- Materiais Diversos: 7.543,75€, este valor refere-se a um donativo em géneros - vestuário de criança – de uma empresa têxtil à Entidade, em 2012, avaliado em 21.292,50€, o qual se destina a contribuir para o desenvolvimento de atividades futuras, tendo sido consumidos, em 2013, 1.262,25€, em 2014, 6.727,75€, em 2015, 178,50€, em 2016, 259,25€, em 2017, 170,00€, em 2018, 199,75€, em 2019 119,00€, em 2022 3.995,00€, por doação às crianças da Ucrânia. Em 2023, foi dada saída de 680€, dos quais 620,50€ por acerto de inventário e o restante para consumo na Creche. Em 2024, foram consumidos 157,25€.

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2024 a rubrica "*Inventários*" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2023	Compras	Redassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2023	Compras	Redassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024
Mercadorias	-	-		-	-		-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	52.791,11	438.390,06	(8.661,36)	52.291,85	448.246,11	(2.060,94)	56.921,80
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	52.791,11	438.390,06	(8.661,36)	52.291,85	448.246,11	(2.060,94)	56.921,80

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	430.227,96		441.555,22
Variações nos inventários da produção	-		-

10. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	**2.661.783,05**	**2.622.325,76**
Quotas dos utilizadores	1.073.444,87	986.927,22
Quotas e Jóias	2.520,00	3.220,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocionadores e colaborações	-	-
Serviços secundários	1.585.818,18	1.632.178,54
Juros	36.885,20	6.785,56
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Outros rendimentos similares		-

De referir que na conta 'Quotas dos utilizadores' constam as mensalidades de utentes das valências de serviços sociais, nomeadamente da Infância e Juventude (17.960,10€), Família e Comunidade (84.804,20€) e Terceira Idade (970.680,57€).
A conta 'Serviços Secundários' engloba, os serviços de saúde, nomeadamente os Internamentos, Consultas e serviços de enfermagem (534.576,36€), os Exames Auxiliares de Diagnóstico (386.071,76€) e os tratamentos de Fisioterapia (638.904,29€), Outros serviços de saúde (21.072,22€).

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2023 e 2024, não ocorreram variações relativas a provisões.

Passivos contingentes

Não existem passivos contingentes.

Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2023 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "*Subsídios do Governo*" e "*Apoios do Governo*":

Descrição	2024	2023
Subsídios do Governo	**1.815.592,01**	**1.673.568,17**
Centro Regional Segurança Social	1.418.918,93	1.315.874,04
Comparticipação da ARS	378.673,08	339.694,13
Comparticipação da SAD/PSP	-	-
IEFP	-	-
Autarquia	18.000,00	18.000,00
IAPMEI	-	-
POISE	-	-
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
...	-	-

Na rubrica 'Centro Regional da Segurança Social' constam as comparticipações dos acordos das valências de serviços sociais, nomeadamente da Infância e Juventude (238.554,16€), Cantinas Sociais (10.668,75€), Terceira Idade (1.014.826,17€) e Unidade de Cuidados Continuados (154.869,85€).

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não existem efeitos de alterações das taxas de câmbio nos períodos de 2023 e 2024.

14. Imposto sobre o Rendimento

A entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) em todas as atividades que desenvolve, nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas, e conforme o estipulado na Declaração da Direção-Geral das Contribuições e Impostos, publicada no Diário da República – III Série, n.º 194, de 24/8/1989.

15. Instrumentos financeiros

A 31/12/2024 a Entidade não possuía quaisquer instrumentos financeiros.

16. Benefícios dos empregados

Os Órgãos Diretivos ou Corpos Sociais desta Entidade, são voluntários e, portanto, não auferem qualquer remuneração, de acordo com o *Compromisso* e legislação aplicável às IPSS.

No ano de 2024, o número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 147, ou seja, houve um aumento de 2 trabalhadores, comparativamente ao ano anterior que foi de 145.

Os gastos que a Entidade incorreu, com os funcionários, foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	2.286.744,85	2.103.282,13
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	472.176,21	435.929,51
Segurosde Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	20.419,65	18.231,96
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	27.096,98	15.746,22
Total	**2.806.437,69**	**2.573.189,82**

O aumento dos gastos com remunerações ao pessoal estão relacionados com o aumento do número médio de trabalhadores, o aumento do salário mínimo nacional de 760€ para 820€, o aumento de 60€ nas remunerações acima do salário mínimo nacional, o aumento do subsídio de alimentação de 4,20€ para 4,70€, as diuturnidades adquiridas e as reclassificações efetuadas, no período de 2024.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.
Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

18.1. Enquadramento económico do período 2024

Em 2024, apesar do contexto global de elevada incerteza e instabilidade, relacionada com os conflitos e tensões geopolíticas na Ucrânia e no Médio Oriente, da fragilidade da atividade económica na zona euro, em particular na Alemanha e na França, dos riscos associados às alterações climáticas e às esperadas alterações na parceria entre os EUA e a Europa, a economia portuguesa conheceu um impulso, justificado pela redução das taxas de juro e de inflação, pelo contributo do investimento associado à execução do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência e pelo aumento do consumo privado, sustentado no consumo das famílias, que viram o seu rendimento aumentar, sobretudo no último trimestre, com a revisão das tabelas do IRS e com o pagamento de um suplemento extraordinário aos pensionistas.

A economia portuguesa cresceu 1,9% em 2024, segundo o Instituto Nacional de Estatística, o que está acima da previsão inicial de 1,7%, destacando-se no confronto da economia europeia que teve uma projeção de crescimento de apenas 0,1%.

Apesar da tendência de estabilização dos preços, que se vem a sentir desde 2023, as Entidades da Economia Social, em geral, e a Misericórdia de Arouca, em particular, tem-se defrontado com o aumento significativo dos salários, nos últimos anos, aliado à dificuldade em recrutar colaboradores, disponíveis e aptos para trabalhar nas suas valências, bem como às consequências do aumento da sua rotatividade. O impacto do aumento de gastos com pessoal provocado por estas realidades tem sido compensado pelo aumento da faturação e pelo Instituto da Segurança Social, IP, através da atualização das comparticipações dos acordos de cooperação e da atribuição de subsídios ao investimento que, aliadas a uma gestão prudente e focada na sustentabilidade, tem permitido à Misericórdia de Arouca desenvolver os seus projetos sem recurso a financiamento bancário.

18.2. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "*Investimentos Financeiros*":

Descrição	2024	2023
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos Financeiros	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	14.468,54	14.468,54
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	**14.468,54**	**14.468,54**

18.3. Créditos a Receber

Para os períodos de 2023 e 2024 a rubrica "*Créditos a Receber*" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c	**128.342,04**	**232.360,72**
Clientes	36.569,34	104.823,46
Utentes	91.772,70	127.537,26
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes *factoring*	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	**128.342,04**	**232.360,72**

Nos períodos de 2023 e 2024 foram registadas "*Perdas por Imparidade*".

Descrição	2024	2023
Clientes	-	-
Utentes	(27.641,88)	(13.567,44)
Total	**(27.641,88)**	**(13.567,44)**

18.4. Outros Ativos Correntes

A rubrica "*Outros Ativos Correntes*" tinha, em 31 de Dezembro de 2023 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	16.036,37	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	76.488,06	77.490,70
Outros instrumentos financeiros	-	-
Outros Devedores	956.706,66	1.553.830,17
Perdas por Imparidade	-	-
Total	**1.049.231,09**	**1.631.320,87**

A rubrica 'Devedores por acréscimos de rendimentos' inclui, entre outros, a faturação processada em janeiro de 2025, relativa ao mês de dezembro de 2024, do internamento privado (24.350,33€) e da unidade de cuidados continuados (32.098,90€), os juros dos depósitos a prazo relativos a 2024, a receber em 2025 (3.681,11€), serviços prestados ao laboratórios de análises clinicas, relativos a 2024 a serem pagos em 2025 (6.348,79€), bem como o rappel comercial atribuído por fornecedores (5.969,04€).

A rubrica 'Outros Devedores' reflete, fundamentalmente, as verbas que se encontram por receber do IGFSS (11.144,78€), do FRSS (1.583,12€), das Unidades Locais de Saúde (134.222,29€), da ARS (30.374,40€) e da ADSE (13.217,36€) e do Instituto da Segurança Social PARES 3.0 (733.345,29€), e PRR Mobilidade Verde (15.000€), Município de Arouca (9.277,52€).

18.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a reconhecer		
Despesas com custo diferido	13.067,51	11.120,69
...	-	-
...	-	-
Total	**13.067,51**	**11.120,69**
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	50,00	70,00
Donativos em géneros	7.543,75	7.701,00
Outros	48.234,35	72.304,41
Total	**55.828,10**	**80.075,41**

A rubrica 'Outros Rendimentos a Reconhecer' reflete a retenção de garantia da empreitada de construção do edifício do Hospital (48.234,35€) que está a ser reconhecida como rendimento na medida da depreciação desse ativo. O valor do donativo em géneros refere-se ao vestuário de criança (7.543,75€), recebido em 2012, que está a ser reconhecido à medida que é consumido, conforme já referido no ponto 9 – Inventários.

18.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de Dezembro de 2023 e de 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	58.358,68	58.758,89
Depósitos à ordem	688.607,69	639.857,79
Depósitos a prazo	1.350.000,00	1.250.000,00
Outros	-	-
Total	**2.096.966,37**	**1.948.616,68**

O valor em caixa, em 31/12/2024, inclui uma verba (55.663,86€) que pertence aos utentes mas que está à guarda da Entidade.

18.7. Fundos Patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2024
Fundos	148.895,87	-	-	**148.895,87**
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	951.375,44	30.000,00	-	**981.375,44**
Resultados transitados	4.668.672,27	150.502,87	-	**4.819.175,14**
Excedentes de revalorização	95.804,26	-	-	**95.804,26**
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.072.677,03	331.537,67	58.620,44	**3.345.594,26**
Total	**8.937.424,87**	**512.040,54**	**58.620,44**	**9.390.844,97**

- **Conta "Reservas":** pela cedência de usufruto de suite (30.000,00€)
- **Conta "Resultados Transitados":** pela afetação do Resultado Líquido, do período de 2023, (150.502,87€)
- **Conta "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais":** diminuiu pela imputação dos subsídios ao investimento e das doações (58.620,44€) e aumentou pelo reforço dos subsídios ao investimento PARES 3.0 (307.942,40€) e Norte 2020 (14.317,75€) e pelo subsídio atribuído pelo Município de Arouca para financiar a empreitada de requalificação e ampliação da ERPI (9.277,52€).

18.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "*Fornecedores*" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	141.745,31	137.053,66
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	**141.745,31**	**137.053,66**

18.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "*Estado e outros Entes Públicos*" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	93.345,62	920,56
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	**93.345,62**	**920,56**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	11.777,13	12.414,56
Segurança Social	55.990,59	51.650,01
Outros Impostos e Taxas	435,53	535,16
Total	**68.203,25**	**64.599,73**

18.10. Outros Passivos Correntes

A rubrica "*Outros Passivos Correntes*" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	**24,68**	-	**139.122,11**
Remunerações a pagar	-	24,68	-	139.122,11
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	**170.604,08**	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	**390.737,47**	-	**364.612,85**
Outros credores	-	**103.506,56**	-	**62.215,41**
	-	-	-	-
Total	-	**664.872,79**	-	**565.950,37**

O valor constante da rubrica 'Credores por acréscimos de gastos' corresponde sobretudo às estimativas de férias e subsídios de férias de 2024, a pagar em 2025.

Quanto ao valor da rubrica 'Outros Credores' reflete, fundamentalmente, os valores que pertencem aos utentes mas se encontram à guarda da Entidade (55.663,86€) e o reforço de caução retido ao empreiteiro RUCE – Construção e Engenharia, Lda. (41.540,05€) e à empresa ROF, Lda (4.648,58€).

18.11. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e de 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Governo	**1.815.592,01**	**1.673.658,17**
Centro Regional Segurança Social	1.418.918,93	1.315.874,04
Comparticipação da ARS	378.673,08	339.694,13
Comparticipação da SAD/PSP	-	-
IEFP	-	-
Autarquia	18.000,00	18.000,00
IAPMEI	-	-
POISE	-	-
Apoios do Governo	-	-
Total	**1.815.592,01**	**1.673.568,17**

Descrição	2024	2023
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	7.718,65	15.216,19
Heranças	-	-
Legados	-	-
Total	**7.718,65**	**15.216,19**

Os "*Subsídios e Apoios do Governo*" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

18.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	657.525,26	701.325,49
Materiais	33.819,94	36.111,03
Energia e fluidos	183.344,99	164.703,21
Deslocações estadas	697,65	455,90
Comunicações	9.765,20	8.840,96
Seguros	12.465,95	10.847,28
Outros fornecimentos	57.345,24	31.403,24
	954.964,23	**953.687,11**

O valor constante da rúbrica 'Serviços Especializados' corresponde, fundamentalmente, a honorários de prestadores de serviços (553.440,73€), gastos com a conservação e reparação de equipamentos (53.569,50€), trabalhos especializados (41.434,47€), serviços bancários (1.908,14€).
A rúbrica outros fornecimentos inclui gastos com rendas e alugueres, de gases medicinais, impressoras e das tendas que serviram de copa e refeitório, provisoriamente, durante as obras naqueles espaços (43.085,96€).

18.13. Outros rendimentos

A rúbrica de "*Outros rendimentos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	11.478,28	5.933,12
Descontos de pronto pagamento obtidos	5,06	0,10
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	4.500,00	-
Outros rendimentos e ganhos	72.453,90	58.054,87
Total	**88.437,24**	**63.988,09**

A subconta 'Outros rendimentos' reflete fundamentalmente a imputação dos subsídios aos investimentos (58.430,44€) a qual é feita, anualmente, na proporção das depreciações dos ativos fixos tangíveis financiados, indemnização de seguros (2.851,85€), indemnização de colaboradores por falta do aviso prévio contratado (9.189,97€).

18.14. Outros gastos

A rúbrica de "*Outros gastos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	2.274,04	1.616,11
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	0,53
Dívidas incobráveis	-	2.375,90
Perdas em inventários	-	620,50
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	1.000,00	-
Outros Gastos e Perdas	45.259,70	40.080,43
Total	**48.533,74**	**44.693,47**

A subconta 'Outros gastos e perdas' reflete, fundamentalmente, as correções relativas a exercícios anteriores (948€), os donativos (1.447€), as quotizações (3.800€), despesas com funerais de utentes (7.500€) e insuficiência de estimativa de férias e subsídio de férias (28.123€).

18.15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	22,04
Total	**-**	**22,04**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	36.885,20	6.785,56
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	**36.885,20**	**6.785,56**
Resultados financeiros	**36.885,20**	**6.763,52**

18.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2024.
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2024 foram objeto de Certificação Legal de Contas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda..

Arouca, 13 de março de 2025.

A Mesa Administrativa

O Provedor

(Victor F. G. Brandão)

O Vice-Provedor

(António M. M. Martingo Pato)

O Tesoureiro

(Alfredo B. Martins)

O Secretário

(António T. de Melo)

O Vogal

(Celso C. Soares)

O Vogal

(Ilídio P. L. S. Ferreira)

O Vogal

(Ana M. D. Teixeira)

A Contabilista Certificada

(Manuela C. C. Gonçalves)

ANEXO À ATA N.º 1/2025, de 14 de março, do Conselho Fiscal da SCMA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De harmonia com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 31º do Compromisso desta Santa Casa, cumpre-nos dar parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência do ano 2024.

Examinámos o Relatório e as Contas de Gerência, as quais incluem o Balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 10.420.469,22€ e um total de fundos patrimoniais de 9.489.819,77€, incluindo um resultado líquido positivo de 98.974,80€), a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Concluímos que o Relatório e Contas de Gerência referentes ao período de 2024 e as demonstrações financeiras referidas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Arouca, em 31 de dezembro de 2024, em conformidade com os princípios contabilísticos constantes do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março (NCRF-ESFL), atestada pela Certificação Legal de Contas.

Pela análise das contas e dos documentos já referidos, o Conselho Fiscal reconhece e enaltece a gestão da Instituição, desenvolvida pela Mesa Administrativa, no ano de 2024.

Entendemos que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer:

- Que seja aprovado o Relatório e Contas de Gerência referentes ao período que findou em 31 de Dezembro de 2024.

Arouca, 14 de março de 2025

O Presidente

(Manuel Brandão Duarte)

O Vice-Presidente

(Floriano de Pinho Duarte)

O Secretário

(Fernando Augusto Soares)

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA**, (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 10.420.469 euros e um total de fundos patrimoniais 9.489.820 euros, incluindo um resultado líquido de 98.975 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA** e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 07 de março de 2025

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por

(Carlos Manuel Pereira da Silva, R.O.C. nº 820
registado na CMVM com o n.º 20160448)